

ACTA
da
Reunião de negociação
com o Sindicato dos Oficiais de Justiça

2.º

Acta n.º 18

No dia 11 de Outubro de 2010, pelas 18h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente da Direcção e Presidente da Assembleia-Geral do Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ) e, em representação do Ministério da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes MJ e SEJMJ e, em representação do Ministério das Finanças e da Administração Pública, o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP) e Adjunta do Gabinete SEAP, a fim de se proceder a reunião:

- a) De negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, integrando os seus beneficiários na ADSE;
- b) De apresentação e discussão das normas do projecto de Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) em matéria remuneratória.

O Senhor SEJMJ iniciou a reunião pelas 19h10 sintetizando o objecto dos projectos em apreciação e agradecendo a presença do Senhor SEAP, que apresentou de seguida as medidas de contenção previstas no projecto de PLOE/2011 e solicitou a enunciação de questões para as quais o SOJ necessite de alertar em particular.

O SOJ salientou que tem alertado para diversas situações que poderiam ser tidas em conta no processo de racionalização dos serviços e de poupança de recursos financeiros, como sejam as promoções de vários funcionários para o mesmo lugar, o pagamento de rendas do edifício da Rua Mouzinho da Silveira e do estacionamento no Campus Justiça, quando o edifício e o parque de estacionamento do ex-Palácio de Justiça se encontram devolutos e poderiam ser utilizados para o efeito, a existência de inúmeros actos que poderiam ser notificados electronicamente, entre outras. O SOJ opõe-se assim às medidas de redução remuneratória previstas no projecto de PLOE/2011 por haver outras medidas que poderiam ser adoptadas para contenção de despesas e redução do défice.

O Senhor SEAP tomou boa nota das questões e propôs a realização de uma reunião específica para ulterior discussão das diversas questões apresentadas pelo SOJ.

Relativamente ao projecto de Decreto-Lei que transfere o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça para a ADSE, o Senhor SEJMJ esclareceu que o mesmo foi aprovado na generalidade em Conselho de Ministros para permitir a negociação com as entidades representativas dos funcionários do Ministério da Justiça.

A reunião terminou pelas 20h00, tendo ficado agendada reunião de negociação do referido projecto para 20 de Outubro de 2010.

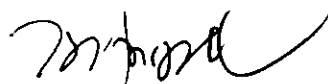
Feito, rubricado e assinado em triplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 11 de Outubro de 2010,

Pelo Sindicato
dos Oficiais de Justiça,
O Presidente da Direcção,

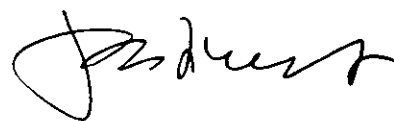
Carlos Almeida

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da
Justiça e da Modernização
Judiciária,



José Magalhães

Pelo Ministério das Finanças e da
Administração Pública,
O Secretário de Estado da
Administração Pública,



Gonçalo Castilho dos Santos